

“A taxa de juros neste ano será muito menor do que em 95”

Malan diz que principal ameaça do ano é a desorganização das finanças públicas

por Rodrigo Mesquita
de Brasília

A principal ameaça para o Real, em 1996, é a desorganização das finanças públicas. Em entrevista a este jornal, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que não adianta esperar uma solução para este ano. O combate ao déficit público é um processo que continuará por todo o governo Fernando Henrique Cardoso. Ele prevê, entretanto, um cenário mais favorável do que o do ano que passou.

Os juros continuarão sua trajetória de queda mas ninguém deve apostar numa diminuição abrupta ou tampouco que a taxa chegue, num horizonte visível, a patamares compatíveis com os das economias desenvolvidas. Não existe, por outro lado, nenhum compromisso com o teto de R\$ 1,00 para a taxa de câmbio. O real poderá se valorizar acima desse limite com relação ao dólar, mas isso, segundo Malan, não é uma questão fundamental. O mais importante, diz, está na redução do “custo Brasil”. A seguir, a íntegra da entrevista.

Gazeta Mercantil – Quais são os maiores desafios para o plano de estabilização em 1996?

Pedro Malan – O básico, o fundamental, é dar continuidade à tentativa de equacionamento do nosso problema de finanças públicas, envolvendo o governo federal, a Previdência, estados, municípios e as empresas estatais. A deterioração principal que ocorreu em 95 foi no âmbito de estados e municípios. Eu estou convencido de que, se o programa cooperativo do governo federal com os estados (que tem por objetivo reduzir o déficit nas contas estaduais) for implementado tal como estamos esperando, vai representar um marco histórico no equacionamento dessa questão. Do lado das empresas estatais acho que estamos indo muito bem. Não é uma grande preocupação. Já se está fazendo sentir o efeito das privatizações de 1991 para cá, retirando aquela demanda por aporte de capital, para cobrir déficits nas estatais.

GM – Mas o déficit da Previdência continua sem um equacionamento...

Malan – Você sabe que esse é um problema extremamente complexo.

Estamos lidando com uma questão política delicada; você veja o que aconteceu recentemente na França (com as greves do funcionalismo contra a reforma da seguridade social). Lidamos com ansiedades, em particular dos mais idosos, ansiedades legítimas quanto ao futuro. Agora, o que eu tenho dito, e vou repetir agora, é que o sistema terá de ser mudado. Ninguém deve ter ilusão a esse respeito. Fico impressionado com a naturalidade com que, aqui no Brasil, as pessoas não se interessam muito em discutir o desequilíbrio atuarial do sistema hoje existente e os enormes passivos que nós estamos jogando para a frente, sobre o ombro de futuras gerações.

GM – Ainda gostaria de insistir na questão do déficit público. O crescimento da dívida pública, em 1995, foi um fator que contribuiu para o desempenho negativo das contas públicas e está ligado ao elevado nível das taxas de juros. Como será 1996 nesse aspecto?

Malan – O fato é o seguinte: não nasceu ainda o gênio, nem no Brasil, nem em lugar nenhum do mundo, que tenha descoberto uma forma diferente. Quando o gasto é maior do que a receita e você não consegue elevar mais a tributação, ou se reduzem gastos ou se aumenta a dívida, externa ou interna, ou se emite papel-moeda. E o recurso ao aumento da dívida é exatamente uma expressão do desequilíbrio que nós temos. Mas a taxa de juros, neste ano, será muito menor, os dados estão aí. Nós continuamos tendo esses discursos sobre os juros, com a longa listania de adjetivos – exorbitantes, estratofêricos, pornográficos, letais, assassinos – e na verdade pouca observação para o fato de que se olharmos a taxa básica do mercado interfinanceiro, que é a Selic nominal efetiva, ela chegou no seu pico a 4,26% ao mês, no mês de março de 95. Hoje ela está em cerca de 2,7%. Essa é uma queda de 35%. E tem espaço para declinar um pouco mais ainda. Isso deveria ser a discussão relevante.

GM – Mas do ponto de vista do tomador final, as taxas estão demorando a cair...

Malan – Embora estejam caindo

também. A taxa de desconto de duplicata, para tomador de primeira linha em alguns bancos, já está em 4,6% ao mês e era o dobro disso há um tempo atrás. Agora, existe uma estrutura a termo para taxa de juros com taxas diferentes para certos tipos de produtos. Uns dizem que a taxa do cartão de crédito, ou do cheque especial, está muito alta. Está, mas existe um diferencial entre essas taxas em qualquer lugar. Os Estados Unidos têm uma inflação anual de menos de 3% e a taxa lá, do cartão de crédito, é de 17%. O sujeito que usa o cartão de crédito sabe que tem uma taxa mais alta. Assim como não tem sentido dizer que as taxas, no Brasil, têm que ser iguais às taxas internacionais. Nós somos um país que temos uma história, nos últimos quarenta anos, de mais de vinte anos com uma inflação anual superior a 20%.

GM – Como vai caminhar o câmbio neste ano? O limite do R\$ 1,00 pode ser rompido?

Malan – Primeiro, nós já definimos o regime cambial ideal, que achamos apropriado para o País. É o regime de bandas cambiais que temos em operação. Uma banda larga, com intervenções intrabanda por parte do Banco Central. Já demos manifestações de nossa flexibilidade no ano passado, ao mover a banda não por uma, mas por duas vezes. E o que eu tenho dito é que isso basta. Quem quer que olhe o sistema tal como nós estamos operando há já algum tempo saberá o que esperar. Não existem razões para a economia ter fixações, barreiras psicológicas dessa natureza, como o limite de R\$ 1,00.

GM – O que o senhor acha dos ataques do PFL, de que o processo de privatização não anda?

Malan – Eu não concordo com eles porque acho que há uma diferença muito grande entre privatizar uma siderúrgica, que é um fato isolado, e entrar na privatização de empresas que são, na verdade, concessionárias de serviços públicos. Há uma discussão muito mais complexa sobre

regimes regulatórios, critérios de correção de preços futuros que são distintos pela própria natureza. O processo na Inglaterra, nessa área, demorou muito mais tempo. Mas se olharmos o que vai acontecer em 96, em termos de privatização da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), da energia elétrica, veremos que será um enorme avanço.

GM – Como o senhor avalia a questão do custo Brasil? Ela está diretamente ligada às reformas que não foram suficientes, no ano passado, para fazer frente ao déficit da balança comercial. É possível algum impacto neste horizonte de 1996?

Malan – Eu não tenho dúvidas. Mas o que nós precisamos é deixar de lado essa ideia de fixação no ano calendário. Não tem que ser no ano de 1996 que tudo tem que acontecer. A razão principal pela qual a Argentina pode manter uma taxa de câmbio fixa na base de 1 para 1 há quatro anos e meio foram justamente os enormes progressos na elevação da produtividade média da economia com a redução do custo Argentina, digamos assim. E nós vamos ter que fazer isso aqui também.

GM – E o Banco Central? O senhor, aparentemente, já desistiu da ideia do BC independente.

Malan – Não, não é isso. Na verdade eu nunca procurei usar essas palavras

porque acho que elas mais encobrem do que revelam. Eu não me incluo entre aqueles ingênuos que acham que, no contexto político-institucional de relativa falta de consolidação de certas instituições, um Banco Central independente, por si só, asseguraria as condições de estabilidade da economia. O que eu tenho dito, e defendido, sim, são duas coisas: primeiro, mandatos para presidente e diretoria do Banco Central. Eu acho que é importante para assegurar e permitir a continuidade de um programa de trabalho. E a outra questão é só uma pequena frase na Constituição. É só dizer que o Banco Central tem como responsabilidade primeira procurar assegurar o poder de compra da moeda nacional.

GM – Como está seu relacionamento com o ministro Serra?

Malan – A maior parte dessas coisas são o que eu chamo de conversas de mesa de bar, falta de assunto. É claro que em qualquer governo, em qualquer país do mundo, existem diferenças de opinião e de visão que são legítimas, positivas. Em relação ao caso específico que você comentou eu acho que quem se der ao trabalho de olhar o que Serra e eu dissemos de público ao longo do ano que passou verá que nós temos uma total afinidade nas questões fundamentais do programa de estabilização. ■

